

## COMUNIDADE ESCOLAR

Refere-se aos segmentos que participam, de alguma maneira, do processo educativo desenvolvido em uma escola. Na maioria dos casos em que a expressão é mencionada, agrupa professores, funcionários, pais e alunos. No entanto, pode ser observada alguma variação no que diz respeito aos segmentos que compõem a comunidade de uma instituição de ensino entre diferentes documentos de políticas e programas educacionais ou textos legais a eles relativos. Há casos em que associações de bairro, sindicatos, entidades comunitárias de uma forma geral são incorporados, desde que atuantes no bairro em que a escola esteja situada. Essa poderia ser considerada uma visão mais ampliada do conceito. (TEIXEIRA, 2000). A compreensão mais apurada do que significa o termo exige atenção detida sobre o significado primeiro do conceito de comunidade, especialmente para a Sociologia. Boudon e Bourricaud (1993, p. 72-77), autores do *Dicionário Crítico de Sociologia*, comentam que o conceito de comunidade foi incorporado ao conjunto dos termos técnicos da sociologia a partir de *Comunidade e Sociedade*, de Ferdinand Tönnies. Os dois termos referem-se a tipos de relações que podem ser vividas pelos seres humanos sem que isso tenha contribuído muito para esclarecer o tipo de relações que uma e outra representam. O sociólogo alemão construiu os dois conceitos da seguinte maneira: o primeiro tipo é a “*comunidade*, estabelecida na identidade substancial de vontades, assinaladas umas às outras – nem sempre conscientes disso – pela mesma origem e destino”; o segundo é a “*sociedade*, fundada na estrita individualidade de interesses” (BOUDON & BOURRICAUD, 1993). A fim de tornar mais clara a distinção entre os dois termos, vale dizer que o primeiro é uma relação orgânica, com vínculos fortes, baseada em laços de consanguinidade e compartilhamento de território; o segundo se refere a relações de tipo mais funcional, vínculos efêmeros. Mas, sendo tipos definidos para fins de estudo, na realidade, encontram-se em alguma medida misturados. E, com o passar do tempo, podem ter assumido manifestações diferentes daquelas originalmente observadas pelo sociólogo alemão. Relação de tipo comunitário pode se estabelecer pela identidade de vontades constituída por experiências compartilhadas entre as pessoas e por sua escolha em participar de um determinado projeto. O elemento de escolha é o princípio dessa relação. A

TEIXEIRA, B.B. Comunidade escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

noção de comunidade teria chegado à educação através do pensamento escolanovista norte-americano e europeu, que a admite em seu ideário para definir tanto a escola como o meio social em que esta se insere, usando como sinônimos os termos comunidade e sociedade. Spósito (1993) formula uma crítica ao uso do termo comunidade como referente às relações que se dão no interior da escola e desta com seu meio social. O crescimento das estruturas administrativas dos sistemas de ensino; a diferenciação da clientela escolar em termos socioeconômicos, decorrente da expansão da rede pública de ensino; e a convivência de setores sociais com profundas diferenças culturais teriam dado ao conceito de comunidade a função de disfarçar o conflito, pelo menos no discurso oficial e dos educadores, entre grupos tão diferentes e desiguais. Uma visão também crítica em relação ao emprego do conceito de comunidade é expressa por Cunha (1995, p. 378-388). O autor recorre à origem do termo na Sociologia – relacionada a certo “saudosismo” da união real e orgânica entre os homens, perdida com a era moderna –, mas também chama atenção para o uso que dele se fez no Brasil, a partir da década de 1970. A noção foi adaptada às nossas condições: localismo, que estaria ao lado da relação de clientela; a comunidade de culto, que favoreceria o controle da Igreja Católica; e o populismo, que encontra no “povo simples” seus protegidos. No pensamento educacional, Cunha (1995, p. 385) faz diagnóstico muito semelhante ao de Spósito (1993) sobre o emprego da noção de comunidade. Essa “ideologia” serviria para “evitar ações e pensamentos divergentes, visando a reforçar a identidade comum”, criando certa “homogeneidade, não se levando em conta que as pessoas só podem crescer através de processos que propiciem seu encontro com pessoas, coisas e situações desconhecidas, diferentes do que lhes é familiar”. Mas o termo comunidade pode ser ressignificado e passar a considerar que essa não é uma relação simples, homogênea, baseada em algum *a priori* – tradição, ocupação de uma mesma área, laços de consanguinidade –, porém complexa, heterogênea e passível de ser construída entre aqueles que estejam dispostos a dela participar. Seria neste novo sentido que o conceito aparece como condição essencial para a construção de escolas democráticas, na concepção de Michael Apple e James Beane (1997). As escolas democráticas precisam basear-se numa definição abrangente de “nós”, num compromisso de construir uma comunidade que é tanto da escola quanto da sociedade onde ela existe. “(...) Em todos os casos, o sucesso exigiu a construção consciente de coalizões dentro da escola e entre a

TEIXEIRA, B.B. Comunidade escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F.

DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

escola e as clientelas fora dela. Em nenhum dos casos o impulso veio de “cima”. Ao contrário: os movimentos de base – grupos de professores, a comunidade, ativistas sociais, etc. – geraram a força propulsora da mudança. Finalmente, nenhuma das reformas foi guiada por uma visão técnica, de sucesso-a-todo-custo. Todas estavam, ao contrário, ligadas a um conjunto de valores definidos em termos amplos (...)”. (APPLE & BEANE, 1997). A noção de comunidade está mais relacionada a uma dada forma de relação entre as pessoas do que propriamente aos grupos que a compõem. O mais importante é o compartilhamento de um projeto educativo eleito por todos que dele desejem participar.

#### **BEATRIZ DE BASTO TEIXEIRA**

APPLE, M.; BEANE, J. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

CUNHA, L.A. **Educação, estado e democracia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Niterói: Ed. da UFF; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1995.

SPÓSITO, M. P. **A ilusão fecunda**: a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

TEIXEIRA, B. de B. **Por uma escola democrática**: colegiado, currículo e comunidade. 2000. 334f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.